

## **TRABALHANDO REDES EM DIVERSIDADE SEXUAL, RELAÇÕES DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Coordenador: HENRIQUE CAETANO NARDI

**INTRODUÇÃO:** O evento teve por objetivo descrever o cenário nacional das políticas públicas dirigidas ao respeito da diversidade sexual e identidade de gênero no que tange à igualdade de direitos. Trocou informações com profissionais da rede de serviços e militantes de movimentos sociais a respeito dos núcleos da UFRGS que se dedicam a compreender o cenário contemporâneo e a formar profissionais com competência para trabalhar na perspectiva do respeito à diversidade sexual e à igualdade de gênero. Atingiu ao todo 99 pessoas sendo que 58 solicitaram certificado. A partir da desconstrução do conceito da homossexualidade como doença (Greenberg, 1997) e do surgimento do termo homofobia para definir o pavor de estar próximo a homossexuais - e no caso dos próprios homossexuais, autoaversão (Weinberg, 1972) - entende-se como fundamental a criação de dispositivos que enfoquem a educação para a diversidade a fim de que preconceitos sexuais sejam minimizados pela sensibilização dos participantes. A homofobia não é uma fobia, ela denota a raiva e desgosto como as principais respostas emocionais frente ao contato com homossexuais ou fenômenos que se remetam ao tema. Existem outros termos que se referem às respostas negativas frente à outras formas de diversidade sexual. Lesbofobia refere-se à aversão às mulheres que se relacionam com mulheres, principalmente para denotar a visibilidade do preconceito contra lésbicas e não deixa-lo mascarado por detrás do preconceito frente aos homens gays. Além disso, transfobia conota o preconceito e aversão contra pessoas transgêneras, ou seja, transexuais, travestis e pessoas que não se encaixam nos ditames binários da divisão do sexo em homem e mulher. Todas essas formas de preconceito mantêm em seus discursos uma visão tradicional e estereotipada dos papéis de gênero (Borrillo, 2010), ou seja, ditam regras específicas e rígidas quanto ao que se entende por ser homem e mulher. Uma vez que essas regras são "quebradas", certos comportamentos aversivos são ativados para normatizar esses comportamentos e discursos a fim de voltar a uma formação rígida do gênero. Alguns comportamentos mais comuns são os de antilocução, esquiva, discriminação e ataque físico, podendo chegar até ao extermínio por crimes hediondos (Dovidio et al, 2010). Tudo isso cria uma distância social em relação a homossexuais, formando subjetivações sociais negativas frente às pessoas que vivem na diversidade sexual. Alguns aspectos como maior rigidez religiosa, baixos níveis de escolaridade, naturalidade e idade são variáveis

correlacionadas com a desenvolvimento de homofobia, lesbofobia e transfobia (O'Donohue e Caselles, 1993; Sears, 1997; Herek, 2000; Herek, 2004; Dovidio, et al., 2010). Como resultado disso há um consenso de que os problemas psíquicos na população LGBT se devem em parte ao preconceito e a incorporação do estigma formado pelos processos homo-lesbico-transfóbicos. Diversos estudos encontram relação entre rejeição parental e suicídio LGBT (D'Augelli, Grossman, Salter, et al., 2005; Ryan, Huebner, Diaz, & Sanchez, 2009) assim como uma alta relação entre bullying homofóbico na escola e suicídio (Goodenow, Szalacha, & Westheimer, 2006). Em Porto Alegre, 42% dos jovens do sexo masculino afirmam ter preconceitos X 13% das jovens enquanto que em Fortaleza 47% dos pais não gostaria que seus filhos tivessem colegas homossexuais X 22% em Porto Alegre (Abramovay, Castro & Silva, 2004). Em pesquisa realizada na da parada LGBT do RJ, 60% dos participantes foram vítima de violência motivada por orientação sexual e 11,9% dos jovens de 14 a 21 anos foi vítima de agressões graves na escola em razão da orientação sexual (Carrara, Ramos & Caetano, 2003). Apesar do cenário trágico, no Brasil cresce o investimento em políticas públicas de combate ao preconceito por orientação sexual, com destaque: "Brasil sem homofobia" e o "Escola sem homofobia". O Projeto Escola Sem Homofobia, apoiado pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD), tem como objetivo contribuir para a implementação do Programa Brasil sem Homofobia pelo Ministério da Educação, através de ações que promovam ambientes políticos e sociais favoráveis à garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e identidade de gênero no âmbito escolar brasileiro (Brasil, 2004). A partir deste cenário de preconceitos e sofrimento social e indo ao encontro das políticas públicas brasileiras o objetivo deste projeto é descrever o cenário nacional das políticas públicas dirigidas ao respeito da diversidade sexual e identidade de gênero no que tange à igualdade de direito e confrontar e sensibilizar os participantes frente às atitudes e pensamentos negativos em relação ao tema. **DESENVOLVIMENTO:** A atividade contou com a participação flutuante de cerca de 99 pessoas no Salão de Atos da UFRGS durante o Salão de Extensão, congregando a comunidade acadêmica, estudantes de ensino médio, militantes de movimentos sociais e profissionais da rede de saúde. Foram tratadas as temáticas propostas na programação estabelecendo diálogo com outros núcleos de da UFRGS, trazendo à baila questões como sexualidade, homofobia nas escolas, corporalidades, ações dentro da universidade, entre outros atravessamentos. Os painéis foram divididos em: 1) Diversidade Sexual nas Políticas de Saúde e Educação; 2) Corpo, Gênero e Sexualidade na Esfera dos Direitos Humanos. E realizadas duas oficinas: 1) Educação e

Diversidade Sexual (30 estudantes de Ensino Médio); 2) Cotidiano da Atenção e Diversidade (20 profissionais da rede). CONCLUSÃO: A atividade criou um cenário propício para o estabelecimento de outras parcerias entre a rede de serviços, movimentos sociais e academia. Estabeleceu diálogo de saberes entre estudantes, docentes, militantes e profissionais da rede. Refletiu sobre as diversas possibilidades de promoção dos direitos sexuais no que tange às políticas públicas. Retomou a reflexão sobre o papel da universidade enquanto agente promotor de transformações sociais em parceria com a sociedade civil como um todo. A educação como política pública tem sido, na modernidade, ao mesmo tempo o espaço de subjetivação que produz a incorporação das regras sociais e uma continuidade/ruptura com as lógicas micropolíticas próprias às famílias. Conceitos como o de alteridade, diversidade e singularidade, ao operar o fazer psicológico, podem disputar nos jogos de verdade contemporâneos a legitimidade relativa ao reconhecimento e ao respeito à diversidade sexual, não ficando a prática psicológica presa à lógica do controle e, no caso da sexualidade, indo para além do código moral que instituiu a heterossexualidade como norma e, mais ainda, revendo a forma como tem historicamente localizado a verdade última do sujeito na sexualidade. A postura assumida na nova constituição das políticas públicas no Brasil voltadas para as minorias sexuais mantém o Estado no seu papel regulador, onde ainda é necessário estar inscrito/a em uma identidade, formar uma identidade atrelada às práticas sexuais para receber um reconhecimento social. Consideramos que foi possível instigar um posicionamento crítico na construção das políticas públicas e na parte que lhes cabe na constituição dos sujeitos de nosso tempo.